A UTILIZAÇÃO DA PROVA DIGITAL DE GEORREFERENCIAMENTO NA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA GOIANA: UM APANHADO DOS JULGADOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª. REGIÃO

THE USE OF DIGITAL GEOREFERENCED EVIDENCE IN LABOR JURISPRUDENCE IN GOIÁS: AN OVERVIEW OF JUDGMENTS OF THE REGIONAL LABOR COURT OF THE 18ND REGION

Tuany Baron
Luiz Eduardo Gunther
Marco Antônio César Villatore
Cleverson José Gusso

Tuany Baron

Doutoranda em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário UniCuritiba (Bolsa Capes). Mestre em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Direito do Trabalho pela Escola da Magistratura do Paraná. Advogada. Associada da Associação da Advocacia Trabalhista do Paraná. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4310422919701021>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2798-4244>.

Luiz Eduardo Gunther

Pós-Doutor em Direito pela PUCPR (2015). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2003). Desembargador no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª. Região. Professor Permanente do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. E-mail: luiz.gunther@uol.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1314611892212586>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7920-3406>.

Marco Antônio César Villatore

Pós-Doutor em Direito pela UNIROMA II, Tor Vergata (2014). Doutor em Direito pela UNIROMA I, Sapienza (2001). Mestre em Direito pela PUCSP (1996). Advogado. Ex-Presidente da Associação da Advocacia Trabalhista do Paraná. Professor Permanente da Graduação e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: marco.villatore@ufsc.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6658857270253086>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6365-6283>.

Cleverson José Gusso

Mestre em Direito pelo UNICURITIBA e pela Universidad Pablo de Olavide (Sevilla/ES), com aperfeiçoamento pela Harvard Law School. Advogado. Ouvidor Geral da OAB/PR. Professor convidado de Especialização em Direitos e Processos do Trabalho e Previdenciário da ABDConst. E-mail: cleverson@gussomores.adv.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0343787631399872>. Orcid: 0000-0001-9331-5850.

RESUMO

O presente trabalho se debruçou na análise das Decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região, durante o ano de 2023, em especial, os casos envolvendo discussões atinentes à geolocalização / georreferenciamento como prova digital. Foram encontradas, em Segunda Instância, apenas questões ligadas à validação da jornada de trabalho por meio de controle eletrônico que utilizam essa ferramenta. Porém, indo além, em 2023 os Magistrados de Primeira Instância já estavam se deparando com outras questões que se valiam do georreferenciamento ou geolocalização como prova, além da jornada de trabalho. Entretanto, verificou-se que embora a utilização da prova dessa natureza venha se popularizando, ainda há uma deficiência nas Decisões ao analisar a cadeia de custódia da prova e as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para a considerar válida, mecanismo que vem sendo negligenciado e prejudica, em última análise, a garantia ao devido processo legal.

Palavras-chave: georreferenciamento, prova digital, devido processo legal, cadeia de custódia, Processo do Trabalho

ABSTRACT

This paper focused on the analysis of the decisions of the Regional Labor Court of the 18th Region, during the year 2023, in particular, the cases involving discussions related to geolocation/georeference as digital evidence. In the second instance, only issues related to the validation of working hours through electronic control that use this tool were found. However, going further, in 2023 the first instance judges were already facing other issues that used georeferencing as evidence, in addition to working hours. However, it was found that although the use of evidence of this nature has been popularizing, there is still a deficiency in the decisions when analyzing the chain of custody of the evidence and the determinations of the LGPD to consider it valid, a mechanism that has been neglected and ultimately undermines the guarantee of due process.

Keywords: georeferencing, digital evidence, due process, chain of custody, labor process

INTRODUÇÃO

A facilidade trazida com os novos sistemas de rastreamento de pessoas e de coisas trazem possibilidades de coletas de provas também no Processo Trabalhista,

que serão analisadas em Decisões Regionais Trabalhistas no Estado de Goiás.

O Estado de Goiás teve a Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia (Capital de Goiás) criada em 22 de maio de 1939, quando ainda estava jurisdicionada, à época, ao Conselho Regional da Terceira Região, Belo Horizonte-MG. Em 1941 houve a instalação do Conselho Regional do Trabalho da 3ª. Região, hoje TRT da 3ª. Região – Belo Horizonte-MG. Em 1946 houve o desmembramento das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCs) do Poder Executivo e reconhecimento da Justiça do Trabalho como órgão do Poder Judiciário. Em 1981 houve a instalação do TRT da 10ª. Região, com sede em Brasília, Distrito Federal, sendo que o Estado de Goiás passou a fazer parte até 1990, quando houve a instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região (TRT18).¹

Ao acessar o site de buscas jurisprudenciais do TRT18, buscou-se pelo termo exato “georreferenciamento” e “geolocalização”. Aplicou-se filtro para limitação temporal entre 01/01/2023 e 20/12/2024 (última Decisão sobre os supracitados temas foi publicado em 22 de novembro de 2023, sendo em 2024 não houve qualquer julgamento a estes títulos no TRT18), além de terem sido selecionados apenas Acórdãos e Acórdãos Paradigmas. Este recorte temporal se justifica para o acompanhamento da proposta editorial da Revista do TRT-9.

Com os critérios de pesquisa adotados, localizou-se 06 (seis) Decisões no TRT18, dentre as quais se observou que o uso da geolocalização como meio de prova, estabelece um paralelo com o princípio do livre convencimento motivado do Magistrado.

O objetivo deste artigo é analisar como o TRT18 tem tratado o uso do georreferenciamento como forma de prova nos Processos sob sua jurisdição.

A PROVA DIGITAL DE GEORREFERENCIAMENTO NO PROCESSO DO TRABALHO

Já se afirmou anteriormente que “a inserção da tecnologia na sociedade modifica diversas estruturas e formas como a sociedade atual se desenvolve”.²

Também já se afirmou anteriormente que:

1 GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Disponível em: <https://www.trt18.jus.br/portal/institucional/justica-do-trabalho/historico-da-justica-do-trabalho/>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

2 FERRAZ, Miriam Olivia Knopik; VILLATORE, Marco Antônio César. ASSÉDIO VIRTUAL: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES E A FRAGILIDADE DA PROVA NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA. In: Carlos Henrique Bezerra Leite; Vitor Salino de Moura Eça. (Org.). **Direito e Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2019, v. 1, p. 103-110. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/assedio-virtual-violacao-dos-809128717>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

a prova é um instrumento fundamental na aplicação do Direito e da Justiça. E a prova digital, naturalmente, apresenta aspectos essenciais, que a diferenciam da prova tradicional, a prova histórica, que se construiu em tempo analógico.

Quais os aspectos relativos à prova que devem se apresentar para uma compreensão melhor do que acontece no mundo digital? Quais os aspectos de uma teoria geral da prova que permanecem. Conceito? Características? Fundamentos? Exigências para a validação? O que é necessário estabelecer como premissas para garantir que a prova digital possa ser aceita, aplicada e reconhecida no meio judicial?³

Conforme Francesco Carnelutti, explicou que

“no campo jurídico, a comprovação dos fatos controvertidos por parte do juiz pode não derivar da busca da sua verdade, senão dos processos de determinação formal”.⁴

Danielle Bertachini explica como são utilizadas ferramentas de *Open Source Intelligence* (OSINT), que é um Processo de coleta, de análise e de uso de informações públicas e de acesso livre, por ela, como Juíza Substituta da Justiça do Trabalho.⁵

A prova digital de georreferenciamento agora analisada neste trabalho demonstra a importância de novidades tecnológicas que podem alterar um julgamento Processual, desde que de forma imparcial, não importando se a favor de uma ou de outra parte do Processo.

ANÁLISE DOS JULGADOS RECENTES NO TRT DA 18ª. REGIÃO

Na primeira busca foram localizados somente dois Acórdãos relativos a Agravo de Petição (nº. 0010857-79.2014.5.18.0102 e nº. 0010720-06.2021.5.18.0053), em que o termo não se referia necessariamente à prova digital, e sim a delimitações de

3 GUNTHER, Luiz Eduardo; VILLATORE, Marco Antônio César. AS NORMAS COLETIVAS E A PROVA DIGITAL *COLLECTIVE BARGAIN AND DIGITAL EVIDENCE*. **Revista Eletrônica do TRT-PR**, Curitiba: TRT-9ª. Região, V. 13, n. 130, abr. 2024, p. 25. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/236422/2024_gunther_luiz_normas_coletivas.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

4 CARNELUTTI, Francesco. **A Prova Civil**. Trad. da 2. ed. italiana por Lisa Pary Scarpa. 4. ed. Campinas-SP: Bookseller, 2005, p. 67-73.

5 QUEIROZ, Luiz; BERTACHINI, Danielle. **Ferramentas de OSINT ajudam Justiça de Santa Catarina a resolver impasses trabalhistas**. Disponível em: <https://capitaldigital.com.br/ferramentas-de-osint-ajudam-justica-de-santa-catarina-a-resolver-impasses-trabalhistas/>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

propriedades rurais que estavam sendo penhoradas no bojo da Execução Trabalhista.

Assim, nenhuma análise foi realizada em Segunda Instância com o enfrentamento da discussão da utilização do georreferenciamento como prova.

Já se utilizando o termo “geolocalização” foram encontrados três Acórdãos, sendo dois deles da 3ª. Turma e, o último, da 1ª. Turma. Em todos esses casos a “geolocalização” foi apontada para verificação e validação da jornada de trabalho deduzida.

No Recurso nº. 0011633-60.2020.5.18.0008, verificou-se que o trabalhador utilizava equipamento eletrônico (IPad) munido do sistema informatizado “SFNET”, no qual deveria registrar e remeter à empregadora toda as visitas executadas, imediatamente após o termino de cada uma delas, com os respectivos horários, de modo que esta poderia ter ciência, não somente das atividades realizadas e a executar, mas os horários em que tais tarefas foram ou iriam ser cumpridas, além da localização geográfica do empregado durante toda a jornada de trabalho.

Também quanto à jornada de trabalho, no Recurso nº. 0010610-11.2022.5.18.0008, verificou-se que a marcação de ponto eletrônico era no sistema do celular, através do sistema “e-ponto”; que com a selfie registram horário e geolocalização do empregado.

Já no Recurso nº. 0010194-16.2022.5.18.0017, em que pese tenha sido verificado que não era permitido ao trabalhador a anotação de horas extras na forma efetivamente laborada, entretanto, se o empregado encerrasse sua jornada e trabalho antes das 16 horas, o horário deveria ser registrado no momento que encerrou a jornada, isto pelo fato de que o sistema “Mix Ponto” onde eram registradas entradas e saídas, era acompanhando de geolocalização, bem como de imagens fotográficas do local de trabalho, sendo impossível registrar o ponto fora do local de trabalho.

Assim, verifica-se que na 18ª. Região, no ano de 2023, não houve maiores dificuldades a se utilizar a prova digital especialmente para verificação da jornada de trabalho. No entanto é perceptível que os julgados não se debruçam sobre as peculiaridades formais, por assim dizer, para utilização desta modalidade. Note-se que a jurisprudência passa a validar essa forma de marcação de jornada tal como sempre fez com os convencionais “relógios-ponto”, sem que, no entanto, teça qualquer consideração sobre as peculiaridades descritas na Portaria nº. 671/2021, do Ministério do Trabalho e Previdência (na época), e na Lei Geral de Proteção de Dados, como, por exemplo, o consentimento do colaborador, o respeito à privacidade, à transparência, e, especialmente, à proporcionalidade à finalidade de monitoramento da jornada de

trabalho.

Para melhor investigação, procedeu-se, ainda, a busca do termo “georreferenciamento” em sentenças proferidas no mesmo período. A partir daí verifica-se que a discussão sobre essa temática, para além do controle de jornada, no âmbito do TRT18, ainda era embrionária e estava sendo analisada pelos magistrados singulares em primeiro grau. Foram localizados apenas seis casos, pelos cadastros do sistema de busca do Regional, que trataram da questão.

A 17ª. Vara de Goiânia, no bojo dos autos nº. 0010343-75.2023.5.18.0017, discutia a reintegração (ou pagamento substitutivo de indenização pelo período estável) de um trabalhador que exercia função de instalador de tubulação de gás e alega ter sofrido um acidente de percurso, sendo dispensado após a alta previdenciária.

Afirmou o Reclamante que enquanto voltava do trabalho para sua casa, utilizando-se da sua motocicleta, sofreu um acidente de trânsito, no qual fraturou rádio distal/metáfise distal dos ossos do antebraço esquerdo. A empresa Reclamada alegou que o Reclamante não era obrigado a utilizar o seu veículo para a realização dos serviços, vez que a empresa tem uma frota para essa finalidade. Afirmou, ainda, que o empregado deixou o local de trabalho e foi buscar a esposa no trabalho dela, desviando de sua rota, momento em que ocorreu o acidente. Ademais, afirmou a Reclamada que o Reclamante, no dia do acidente, não estava trabalhando no período da tarde e que ele não registrou o ponto no período vespertino.

A prova produzida pelo Reclamante partiu da linha do tempo proveniente de aplicativo de localização, donde foi possível verificar todos os seus deslocamentos no dia do acidente. A partir daí, aliado à prova oral produzida, verificou-se que o Reclamante se utilizava de veículo próprio para atendimento de situações de “emergência” da empresa, o que aconteceu naquele dia – com confrontamento de endereços, horários e formas de deslocamento obtidas pelo aplicativo de geolocalização, bem como que o trajeto era conhecido da empresa, reconhecendo-se o acidente de percurso.

A 3ª. Turma do TRT18, já em 2024, reformou a Sentença, também baseando-se no georreferenciamento apresentado, para destacar que “em consulta ao “Google Maps”, é possível verificar que o Reclamante percorreu trajeto em sentido oposto (aproximadamente 4 km) ao que deveria utilizar para chegar à sua residência” e que “o fato de a Reclamada, por meio de seus empregados, ter conhecimento de que o reclamante, após o encerramento da jornada, deslocava-se para buscar sua esposa no trabalho, não tem o condão de modificar o real trajeto trabalho-casa que deveria ser percorrido pelo autor”.

Outro caso interessante foi apreciado na 17ª. Vara de Goiânia. Nos autos da Reclamatória Trabalhista nº. 0010980-26.2023.5.18.0017, discutia-se a reintegração de um trabalhador, ante dispensa arbitrária. A controvérsia é curiosa. Em meados de junho 2021 houve denúncia às autoridades policiais de um furto em uma usina de reciclagem (subtração de fiação elétrica do transformador de uma empresa), em averiguação ao Delegado é informado que na data e hora dos fatos havia uma equipe de prestadores de serviço na região, da qual o Reclamante fazia parte. Poucos dias depois, a empresa, foi oficiada pelo sindicato sobre a existência de Inquérito Policial, solicitando informações “a respeito de questões técnicas essenciais à apuração do delito”.

Ocorre que a Reclamada demorou para prestar tais informações e quando as prestou procedeu a dispensa do empregado, sem justa causa. Porém, o Reclamante foi detido pelas Autoridades Policiais para prestar esclarecimentos, e atribuiu a responsabilidade pela sua detenção à empresa já que alegou que ela possuía documentos que poderiam o inocentar, e não os apresentou. Como se destaca da petição inicial, “os documentos em propriedade da Reclamada (ordens de serviço e georreferenciamento do veículo utilizado pelo empregado e sua equipe) permitissem concluir que o furto ocorreu cerca de três horas depois que deixaram o local”.

O Magistrado de piso concluiu que “não faz sentido imaginar que o reclamante tenha sido prejudicado porque a reclamada não forneceu as informações que o livrariam da “presunção de culpado”. Enfim, o mérito da discussão, em que pese interessantíssimo, e que poderia apresentar um contorno diferente à utilização do georreferenciamento na seara probatória trabalhista, não foi apreciado pelo Tribunal, ante o não conhecimento dos recursos interpostos, dada a apresentação intempestiva.

Também em Goiânia, mas na 13ª. Vara do Trabalho. Os autos nº. 0010285-55.2021.5.18.0013 se debruçou sobre a dispensa por justa causa de um motorista que colidiu o veículo da Reclamada em percurso de uma viagem. Conforme apurado no inquérito administrativo, o Reclamante não conhecia a rota e foi levado ao local do acidente por instruções do GPS, que, no local, estava atrás de um coletivo o que impediu a visão da placa de altura do veículo que só foi avistada quando o teto do ônibus já estava debaixo da ponte, não sendo possível evitar a colisão mesmo após a frenagem. O georreferenciamento foi determinante tão somente para confirmar o local do acidente, e esta parcela da controvérsia não foi devolvida para apreciação do Tribunal.

O georreferenciamento foi plano de fundo para a discussão sobre controle de

jornada na 4ª. Vara do Trabalho de Anápolis, nos autos nº. 0010247-46.2023.5.18.0054. Uma trabalhadora que exercia a função de vendedora externa teve sua jornada validada, bem como afastada a aplicação do artigo 62, I, da CLT, ao seu contrato de trabalho, posto ter ficado comprovado que os vendedores externos usavam o aplicativo “Marcopolo”, com georreferenciamento, que além de marcar os horários das visitas, possibilitava o total controle da atividade do Vendedor pelo Supervisor.

Este caso também só chegou ao Tribunal em 2024, e a 3ª. Turma confirmou a sentença proferida em primeira instância, uma vez que o aplicativo descrito, por meio do sistema de geolocalização, permitia o registro de localização das visitas e “por meio desse aplicativo o supervisor poderia visualizar e acompanhar a rota dos agentes comerciais e os estabelecimentos visitados, sendo perfeitamente possível controlar o horário de cada empregado”. Há o destaque de que “a rota de trabalho poderia até ser planejada, parametrizada e lançada no próprio aplicativo, o que se traduz como mais um meio de fiscalização das atividades desempenhadas, de modo a aferir os horários de trabalho dos empregados”.

Por fim, em que pese tenha aparecido nos resultados da pesquisa, maiores análises não serão feitas sobre a RT nº. 0010723-65.2022.5.18.0201, da Vara do Trabalho de Uruaçu, pois se refere tão somente à arguição de incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar questão sobre “promessa de cessão de parte da área que veio a ser alienada pela Reclamada não se correlaciona com o contrato de trabalho”, apontando como prova transcrição da escritura pública firmada onde restou confessado pelo Reclamante ter causado dano à Reclamada visto ter sido desidioso ao apontar os marcos para o georreferenciamento”. Assim, a controvérsia não tem como centro a prova georreferenciada, motivo pelo qual se descarta a análise deste caso.

CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA DIGITAL NO PROCESSO TRABALHISTA

Verifica-se, da análise das Decisões Monocráticas e Colegiadas no âmbito do TRT18 em 2023, que no âmbito trabalhista não se tem a preocupação, verificada em outras instâncias do Poder Judiciário, com o descarte de Provas produzidas digitalmente, em razão de falha na preservação da cadeia de custódia do referido documento, o que impossibilita a constatação da veracidade do conteúdo.

Em que pese a legislação trabalhista possua diversos pontos em que se reconheça o uso de documentos digitais (certificados digitais, por exemplo) como meio de validade (artigo 628-A, § 2º. da CLT), não há qualquer menção específica acerca

da utilização de provas digitais e seus requisitos de validade, o que não afasta sua utilização frente à expressa disposição dos artigos 369 e 370 do CPC, por força do conhecido artigo 769 da CLT.

De todo modo, há a possibilidade utilização de legislações específicas para termos parâmetros de procedimentos para garantir a segurança do documento digital apresentado. O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) definiu a obrigatoriedade de guarda dos registros de conexão, por no mínimo um ano, e dos registros de acesso a aplicações de internet, por no mínimo seis meses. Por sua vez, a Norma ABNT NBR ISO/IEC 27037:2013, norma técnica que estabelece diretrizes para a identificação, coleta, aquisição e preservação de evidências digitais, e os artigos 158-A e 158-B do Código de Processo Penal, definiram a cadeia de custódia no Processo Penal, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) que também possibilita o tratamento de dados pessoais na hipótese de exercício de Direitos em Processo Judicial (art. 7º., VI, e 11, II, “a”). Ademais, a Lei 13.964/2019, denominada “Pacote Anticrime”, aperfeiçoou as legislações Penal e Processual Penal, com limitações e utilização da cadeia de custódia relacionados à preservação de evidências e à sua coleta.

Talvez em nome do Princípio da Primazia da Realidade, a jurisprudência trabalhista esteja negligenciando procedimentos indispensáveis à garantia do devido processo legal, sobretudo no que tange à produção da prova, cujo ônus interfere sobremaneira no resultado das demandas. Nesse ponto, o Superior Tribunal de Justiça tem destaca interessante, ao debater a questão no âmbito Penal, no RHC nº. 77.836, quando destaca que a cadeia de custódia objetiva especialmente a garantia do “devido processo legal e os recursos a ele inerentes, como a ampla defesa, o contraditório e, principalmente, o direito à prova lícita”, abrangendo “todo o caminho que deve ser percorrido pela prova até sua análise pelo magistrado, sendo certo que qualquer interferência durante o trâmite processual pode resultar na sua imprestabilidade”.

Obviamente, que no Processo do Trabalho ainda se estará diante de um desafio adicional. Em discussões que vão “além do ponto (eletrônico)”, onde na absoluta maioria dos casos o ônus da prova da jornada acaba recaindo sobre o trabalhador, note-se que em outras questões como as abordadas nas sentenças destacadas, a prova digital é de interesse de produção pelo trabalhador, hipossuficiente na relação.

A hipossuficiência se manifesta, inclusive, para cumprimento das exigências acerca da validade dos documentos apresentados de modo digital, inclusive quanto aos requisitos da cadeia de custódia: seja, em primeiro, pela insuficiência econômica do Reclamante, também na maioria esmagadora dos casos, já que um dos meios mais

eficientes para se evitar qualquer questionamento acerca da prova digital é a realização de ata notarial (artigo 384 do CPC), que tem custos expressivos, ou, ainda, a utilização de ferramentas que se valem de criptografia, como o “Verifact”⁶, também tem custos que nem sempre poderão ser suportados pelo Autor. Mas também há a questão da hipossuficiência técnica nesse ponto, levando em conta as dificuldades operacionais desse tipo de colheita.

Uma das soluções seria a prova ser apresentada diretamente à serventia das varas trabalhistas para que a colheita fosse dotada de fé pública, e os Reclamantes não fossem prejudicados nesta questão. Mas não há como se desprezar as questões operacionais e estruturais que isso implicaria com a crescente utilização desta forma de prova. Talvez seja algo a se pensar, para um futuro não tão distante, em espaços específicos dentro dos Tribunais Trabalhistas para uma forma de “inclusão digital” dos hipossuficientes, inclusive para assistência na colheita de provas.

Por enquanto, parece que ainda há um caminho a se avançar na jurisprudência trabalhista sob esse aspecto, mas que poderá tomar como referência o que vem sendo discutido no âmbito criminal, por exemplo.

Mais uma vez, uma baliza pode ser encontrada nas decisões do STJ no *Habeas Corpus* nº. 653.515, em que se definiu que a quebra da cadeia de custódia não gera nulidade obrigatória da prova colhida. Mas isso exige um dever adicional de fundamentação pelos Magistrados, que deverão ponderar a prova digital produzida em desacordo com os parâmetros de preservação da cadeia de custódia com os demais elementos probatórios e justificar o motivo pelo qual a prova questionada ainda pode ser considerada confiável. O Superior Tribunal de Justiça entendeu, assim, que só após essa confrontação é que o Magistrado, caso não encontre sustentação na prova cuja cadeia de custódia foi violada, pode retirá-la dos autos ou a declarar nula.

Mas essas minúcias processuais e procedimentais, que longe de se apresentarem como meras formalidades, mostram-se necessárias à garantia do devido processo legal está sendo, ainda, negligenciada pelos julgados – ao menos pelos analisados –, o que abre margem não somente para discussões que podem levar à nulidade da decisão, como também uma prática que gera insegurança jurídica para aqueles que tem o *ônus probandi* e necessitam utilizar dessa prova.

6 “VERIFACT”. Disponível em: <https://www.verifact.com.br/>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

CONCLUSÃO

Verificou-se da presente pesquisa que no ano de 2023 a utilização da prova digital de georreferenciamento, no âmbito trabalhista, no Estado de Goiás, ainda era incipiente, e as poucas Discussões enfrentadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região naquele ano se limitavam à validação da jornada de trabalho por ferramentas que se utilizam do georreferenciamento para registro do ponto, ou a partir do controle da jornada externa por meio de aplicativos que também capturam a geolocalização do trabalhador e possibilitam ao empregador o controle de suas atividades.

Entretanto, verificou-se que, em primeira instância, novas discussões surgiam, para além do controle de jornada. A geolocalização foi utilizada para discussão da validade de dispensa motivada, verificação de acidente de trabalho, e, até mesmo, para análise de suposto cometimento de crime durante a realização do trabalho. Isso aponta para a popularização e ampliação da utilização desta modalidade de prova no Processo do Trabalho.

Porém, essa popularização deverá ser acompanhada por um esforço adicional dos Magistrados no tocante à garantia da validade desse tipo de prova produzida, seja analisando os requisitos legais e normativos para sua utilização, seja para justificar sua validade mesmo diante da quebra da cadeia de custódia. Verifica-se que a tendência da utilização desta prova deve vir acompanhada de um empenho adicional da fundamentação das Decisões, que deverá explicitar, devidamente, a valoração desta prova, que, ao contrário das convencionais e já velhas conhecidas dos tribunais, surge para colaborar com a conclusão do processo de forma mais próxima da realidade, mas que também deve ser blindada de manipulações e de fraudes, muito comuns em tempos de inteligência artificial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. HC 653.515, 6ª. Turma. Relator: Ministro Rogério Schietti Cruz. **Diário de Justiça Eletrônico**. Brasília, 23 nov. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão. RHC 77.836, 5ª. Turma. Relator: Ministro Ribeiro Dantas. **Diário de Justiça Eletrônico**. Brasília, 12 fev. 2019.

CARNELUTTI, Francesco. **A Prova Civil**. Trad. da 2. ed. italiana por Lisa Pary Scarpa. 4. ed. Campinas-SP: Bookseller, 2005.

FERRAZ, Miriam Olivia Knopik; VILLATORE, Marco Antônio César. ASSÉDIO VIRTUAL: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES E A FRAGILIDADE DA PROVA NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA. *In*: Carlos Henrique Bezerra Leite; Vitor Salino de Moura Eça. (Org.). **Direito e Processo do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2019, v. 1, p. 103-110. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/assedio-virtual-violacao-dos-809128717>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Acórdão. AP 0010720-06.2021.5.18.0053, 1ª. Turma. Relator: Desembargador Eugênio José Cesário Rosa. **Diário de Justiça Eletrônico**. Goiânia, 17 fev. 2023.

GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Acórdão. AP 0010857-79.2014.5.18.0102, 2ª. Turma. Relator: Desembargador Platon Teixeira de Azevedo Filho. **Diário de Justiça Eletrônico**. Goiânia, 15 set. 2023.

GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Acórdão. RO 0011633-60.2020.5.18.0008, 1ª. Turma. Relator: Desembargador Gentil Pio de Oliveira. **Diário de Justiça Eletrônico**. Goiânia, 22 nov. 2023.

GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Acórdão. RO 0010610-11.2022.5.18.0008, 3ª. Turma. Relatora: Desembargadora Wanda Lúcia Ramos da Silva. **Diário de Justiça Eletrônico**. Goiânia, 03 ago. 2023.

GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Acórdão. RO 0010194-16.2022.5.18.0017, 1ª. Turma. Relator: Desembargador Mário Sérgio Bottazzo. **Diário de Justiça Eletrônico**. Goiânia, 16 jun. 2023.

GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Sentença. ATOrd 0010723-65.2022.5.18.0201, Vara do Trabalho De Uruaçu. Julgador: Magistrada Carolline Rebellato Sanches Piovesan. **Diário de Justiça Eletrônico**. Goiânia, 09 fev. 2023.

GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Sentença. ATOrd 0010980-

26.2023.5.18.0017, 17ª. Vara do Trabalho de Goiânia. Julgador: Magistrado Kleber de Souza Waki. **Diário de Justiça Eletrônico**. Goiânia, 26 dez. 2023.

GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Sentença. ATSum 0010285-55.2021.5.18.0013, 13ª. Vara do Trabalho de Goiânia. Julgador: Magistrada Marcella Dias Araujo Freitas. **Diário de Justiça Eletrônico**. Goiânia, 13 fev. 2023.

GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Sentença. ATOrd 0010247-46.2023.5.18.0054, 4ª. Vara do Trabalho de Anápolis. Julgador: Magistrado Renato Hiendlmayer. **Diário de Justiça Eletrônico**. Goiânia, 23 out. 2023.

GOIÁS. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª. Região. Sentença. ATOrd 0010343-75.2023.5.18.0017, 17ª. Vara do Trabalho de Goiânia. Julgador: Magistrada Girlene de Castro Araújo Almeida. **Diário de Justiça Eletrônico**. Goiânia, 24 dez. 2023.

GUNTHER, Luiz Eduardo; VILLATORE, Marco Antônio César. AS NORMAS COLETIVAS E A PROVA DIGITAL COLLECTIVE BARGAIN AND DIGITAL EVIDENCE. **Revista Eletrônica do TRT-PR**, Curitiba: TRT-9ª. Região, V. 13, n. 130, abr. 2024, p. 25. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/236422/2024_gunther_luiz_normas_coletivas.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

QUEIROZ, Luiz; BERTACHINI, Danielle. **Ferramentas de OSINT ajudam Justiça de Santa Catarina a resolver impasses trabalhistas**. Disponível em: <https://capitaldigital.com.br/ferramentas-de-osint-ajudam-justica-de-santa-catarina-a-resolver-impasses-trabalhistas/>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

“VERIFACT”. Disponível em: <https://www.verifact.com.br/>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.